
Boletim de Conjuntura Industrial IPEA/ABDI

Fevereiro de 2006 – Nº 4¹

Sumário

Produção Física: *Produção Industrial em dezembro cresce 2,3% frente a novembro (com ajuste sazonal). Este é o maior crescimento na comparação mês a mês desde outubro de 2003. Com este resultado, a indústria fecha o ano com crescimento de 3,1% em 2005.*

Emprego e Salários: *CAGED fecha o ano com a criação de 1.254 mil novas vagas formais (+5,09% frente a 2004). A indústria de transformação criou 177,5 mil empregos formais em 2005, mas o crescimento não foi homogêneo do ponto de vista setorial.*

Comércio Exterior: *Exportações e importações batem novos recordes em dezembro, fechando saldo comercial de US\$ 44 bilhões em 2005. Em 2005, o Brasil aumentou sua participação nas exportações mundiais para 1,13%, com ampliação da importância dos mercados não-tradicionais.*

Investimento e Financiamento: *Ingressos líquidos de Investimento Estrangeiro Direto totalizaram US\$ 15,2 bilhões em 2005. O BNDES desembolsa R\$ 47 bilhões (17,5% a mais em relação a 2004) com destaque aos programas no âmbito da PITCE.*

Medidas da PITCE: *Destaque para a ampliação do aporte de recursos e da execução (99% dos recursos aportados) dos fundos setoriais desde a implantação da PITCE.*

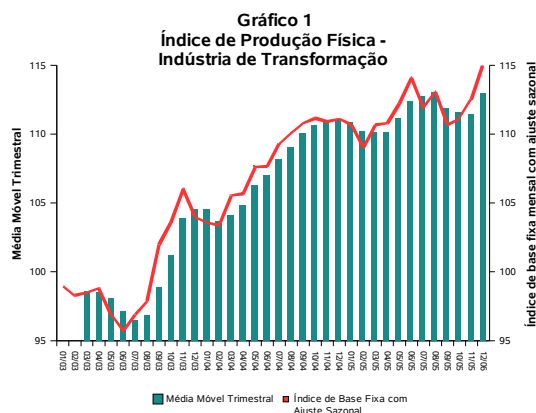
Nota setorial: *Análise do Setor de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos.*

¹ Boletim editado por Bruno Araújo (IPEA – bruno.araujo@ipea.gov.br), Luiz Bahia (IPEA – luizdias@ipea.gov.br) e Rogério Dias Araújo (ABDI – rogerio.araujo@abdi.com.br). Esta edição contou com a colaboração de Talita Daher (ABDI) e Márcia Oleskovicz (ABDI). Estagiário: Rafael Leão.

Produção Física

A Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física, do IBGE aponta crescimento de 2,3% na produção industrial brasileira no mês de dezembro em relação a novembro de 2005, com ajuste sazonal. Este é o maior crescimento registrado na comparação com mês anterior (com ajuste sazonal) desde outubro de 2003. Na comparação com o mês de dezembro de 2004, registra-se crescimento de 3,2%.

Com o resultado de dezembro, a indústria brasileira encerra 2005 com um crescimento de 3,1%, mais modesto que o excepcional crescimento de 8,3% em 2004. O ano de 2005 foi um ano de dois tempos: após crescer 3,9% e 6,1%, respectivamente, nos dois primeiros trimestres do ano (comparação dessazonalizada com o trimestre imediatamente anterior), as taxas de crescimento da produção industrial foram de 1,4% no terceiro e 1,0% no quarto trimestre. Tal desempenho parece se dever a questões macroeconômicas, como os juros reais mais altos, necessários para o combate à inflação. Porém, no final do ano a produção industrial reagiu - vale notar que o crescimento em dezembro ocorreu em 21 dos 23 setores que têm séries de produção dessazonalizadas pelo IBGE. Na passagem de novembro para dezembro de 2005, a queda de 6,5%, a mais suave em 10 anos.



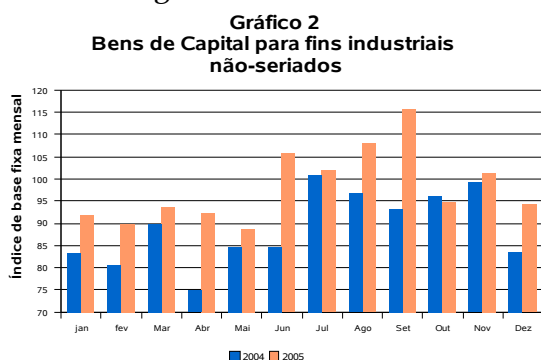
Fonte: IBGE

Assim como em 2004, os setores que lideraram o crescimento em 2005 foram ligados aos bens de consumo duráveis. De fato, esta categoria de uso foi a que mais cresceu em dezembro frente a novembro (17,6%, com ajuste sazonal). Frente ao ano de 2004, o crescimento registrado foi de 11,4% com destaque para a produção de automóveis (+13,1%) e o dos eletrodomésticos da “linha marrom”, notadamente telefones celulares, cuja produção cresceu 43,9%. Estes dois segmentos foram fortemente impulsionados pelas exportações. Em ordem decrescente, os resultados para 2005 frente a 2004 foram de 4,7% para os bens de consumo não-duráveis (+6,1% para os bens de consumo em geral), 3,6% para os bens de capital e 1,0% para os bens intermediários.

O segmento automobilístico é um dos mais dinâmicos do complexo metalmeccânica, com maiores efeitos de encadeamento para frente e para trás. Por

sua vez, em relação à “linha marrom”, o grande desafio é trazer para o Brasil as etapas do processo produtivo que mais agregam valor.

Em relação aos bens de capital, podemos perceber que, a despeito da desaceleração no ritmo de crescimento industrial, tanto a produção interna quanto as importações se mantiveram elevadas em 2005. Cabe destacar o aumento de 10,4%, em relação a 2004, na produção doméstica dos bens de capital não-seriados, aqueles feitos sob encomenda para a indústria. A comparação mês a mês 2005/2004 da produção deste tipo de bens de capital se encontra no gráfico abaixo.



Fonte: IBGE

Entretanto, o desempenho de 2005 teve um percalço importante: dificuldades no comércio exterior levaram à queda de produção em algumas cadeias. Isso é patente no caso dos complexos têxtil (-2,9%, notadamente no que tange às fibras sintéticas), vestuário (-4,62%), couro e calçados (-3,21%) e petroquímica básica (-2,67%). No caso do complexo têxtil-vestuário as dificuldades se relacionam ao fim do acordo multifibras e à concorrência com produtos chineses (vide nota setorial neste boletim n. 3). No caso do segmento couro-calçadista, restrições às exportações (sobretudo para a Argentina) e o câmbio apreciado também afetaram a produção em 2005, sobretudo no segundo semestre. Também o segundo semestre foi problemático para o complexo petroquímico, devido provavelmente ao aumento nas importações de plástico, o que reduz a demanda pelos petroquímicos básicos. Esse último movimento sugere a necessidade de análise, pois a petroquímica foi uma cadeia que, mesmo na década de 90, com a abertura comercial, não mostrou esse comportamento.

Emprego e salários

Para o mês de dezembro, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED – Ministério do Trabalho e Emprego) aponta queda no nível de emprego de 286,7 mil postos de trabalho (-1,1%). O mês de dezembro é tradicionalmente um mês de redução no emprego formal, devido à desaceleração na produção industrial, entressafra agrícola (queda de 102,7 mil empregos na agropecuária), o fim do ciclo escolar (-32,1

mil postos de trabalho no segmento educacional) e ao período de chuvas, o que afetou negativamente a construção civil (-30,3 mil vagas). No entanto, em dezembro de 2005 a queda foi um pouco menor do que a observada em 2004, de 352.093 empregos.

No balanço do ano, o CAGED registrou a criação de 1.254 mil novas vagas formais, o que representa um crescimento de 5,09%. Este crescimento

foi inferior ao verificado em 2004 (1.523 mil novos empregos), mas vem no contexto de crescimento econômico mais modesto. Segundo o CAGED, o resultado de 2005 foi liderado pelo crescimento nos segmentos serviços (+570 mil vagas, 5,87% de crescimento), comércio varejista (389,8 mil novas ocupações, ou crescimento de 6,98%), e construção civil (+85 mil vagas, crescimento de 8,44%). A despeito da desaceleração do ritmo de crescimento vivida no segundo semestre e do ciclo de altas da taxa de juros, iniciado no final de 2004, os dois últimos segmentos foram especialmente privilegiados devido à expansão do crédito via consignação.

Especificamente na indústria de transformação, em dezembro foram destruídas 103,3 mil vagas. No mesmo mês de 2004, o resultado foi também de perda de 111.737 empregos. Repetindo, os resultados para dezembro em ambos os anos são fortemente influenciados pela sazonalidade. Segundo o CAGED, em dezembro não houve setores que apresentaram crescimento. As maiores perdas foram registradas no segmento de alimentos e bebidas (34,7 mil desligamentos), que foi afetado pela entressafra agrícola. Porém, apesar do resultado de dezembro, a indústria de transformação encerra 2005 com a criação de 177,5 mil vagas, resultado que reflete o crescimento mais modesto da indústria em 2005 em relação a 2004, quando foram criadas 504,6 mil novos postos de trabalho.

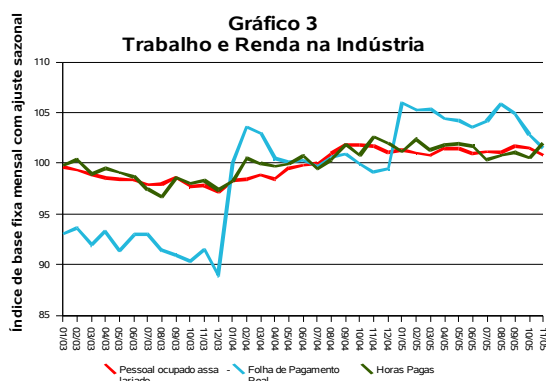
Mas o crescimento do emprego na indústria de transformação verificado em 2005 não foi homogêneo. De fato, o IBGE na Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário referente a novembro de 2005 (última disponível), mostra que entre jan-nov 2005, os segmentos vestuário, madeira e couro e calçados foram as quedas mais

expressivas: 3,6%, 8,37% e 11,6% no pessoal ocupado, respectivamente. As duas últimas quedas tiveram impactos regionais bastante significativos, no Paraná e no Rio Grande do Sul. Neste estado, a redução geral no emprego industrial entre jan-nov 2005 foi de 8,5% (19,5% somente no segmento couro e calçados).

No agregado da indústria, o IBGE aponta queda de 0,6% em novembro frente a outubro, com ajuste sazonal. Em relação a novembro de 2004, também observa-se queda (-0,9%). Com isso, as médias móveis trimestrais indicam queda de 0,1% em relação à média móvel de outubro. Entretanto, o resultado para o acumulado do ano (jan-nov 2005) foi de 1,2% no acumulado no ano e o do acumulado de doze meses foi de 1,5%, em que pese novembro ser a segunda queda consecutiva na comparação com mês anterior.

Como resultado da queda no emprego, a folha salarial real em novembro caiu 0,8% frente a outubro, com ajuste sazonal. Entretanto, houve crescimento de 2,2% em relação a novembro de 2004, 3,7% no acumulado no ano (jan-nov 2005) e 4,4% no acumulado nos últimos doze meses. Por sua vez, as horas pagas registraram variação positiva de 1,3% frente a outubro (livre de influências sazonais). Na comparação com novembro de 2004, as horas pagas caíram 0,7%, mas no acumulado do ano e dos últimos 12 meses, as horas pagas registram crescimento de 0,9% e 1,2%, respectivamente.

Os resultados emprego, folha salarial e horas pagas segundo o IBGE (até novembro) estão sumarizados no gráfico a seguir.



Em suma, estes resultados indicam um menor crescimento no emprego industrial que o verificado em 2004, mas nos setores em que houve significativa queda na produção, a perda em termos de emprego não foi tão grave quanto a perda de produção física, à exceção do segmento de couro e calçados.

Comércio Exterior

No mês de dezembro de 2005, as exportações atingiram o valor de US\$ 10,896 bilhões, valor recorde para meses de dezembro. As importações chegaram a US\$ 6,551 bilhões, recorde também para dezembro. No fechamento de 2005, as exportações atingiram US\$ 118,308 bilhões, um crescimento de 23,1% em relação a 2004, enquanto as importações atingiram US\$ 73.551 bilhões (+17,0% em relação a 2004). Desta forma, o saldo comercial de 2005 foi US\$ 44 bilhões, representando um crescimento de 33,0% em relação a 2004.

Na tabela abaixo podemos observar que os bens manufaturados lideraram o crescimento das exportações em 2005 em relação a 2004, além de liderarem também a participação na pauta de exportação em 2005.

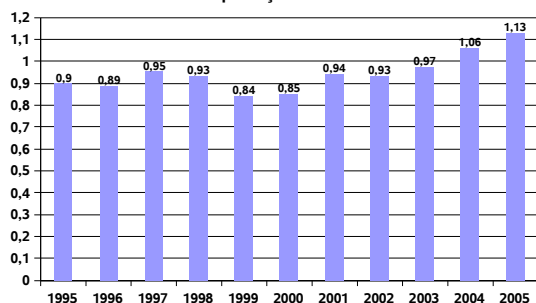
Tabela 1
Desempenho das Exportações por Classe de Produtos - US\$ Milhões

Classes de Produtos	Jan-Dez 2004	Jan-Dez 2005	Tx. Cresc. (%)
Básicos	28.518	34.721	21,7
Semimanufaturados	13.431	15.961	18,8
Manufaturados	52.948	65.144	23,0
Op. Especiais	1.578	2.482	57,3
Total	96.475	118.308	22,6

Fonte: SECEX/MDIC

O crescimento das exportações brasileiras foi maior do que verificado no mundo em termos agregados. Enquanto no Brasil o crescimento foi de 23,1%, no mundo foi de 13,8%. Desse modo, a participação brasileira nas exportações mundiais passou de 1,06% em 2004 para 1,13% em 2005. O gráfico abaixo mostra a participação brasileira nas exportações desde 1995.

Gráfico 4
Participação Percentual das Exportações Brasileiras
nas Exportações Mundiais



Fonte: FUNCEX

É importante frisar que esse desempenho se deve tanto ao aumento do índice *quantum* quanto do índice de preços. Segundo dados da FUNCEX, o índice de preço cresceu 12,2% no período janeiro/dezembro 2005 e o *quantum* cresceu 9,3%. Já para os manufaturados os índices de preço e *quantum* cresceram, respectivamente, 10,9% e 11,0% no período janeiro/dezembro 2005.

A tabela seguinte mostra os dez produtos de melhor desempenho nas exportações entre janeiro e dezembro de 2005 em relação a 2004. Destacam-se os produtos manufaturados como celulares, automóveis e aviões apresentaram forte crescimento em 2005, apesar dos produtos tradicionais, como café e minérios de ferro estarem também entre os de melhor desempenho. Especificamente no caso dos celulares, o grande desafio é atrair para o Brasil as etapas de produção de maior valor agregado.

Tabela 2

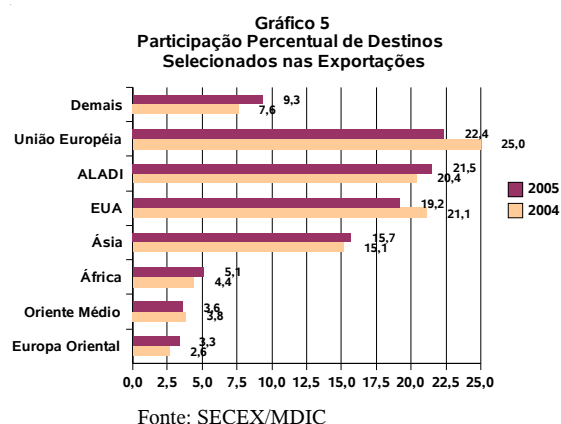
Dez Principais Produtos com Variação Positiva nas
Exportações em relação a 2004

PRODUTOS	Jan-De z 2005	Var.	Tx. Cresc. (%)
TERMINAIS PORTÁTEIS DE TELEFONIA CELULAR	2.406.273.044	1.684.057.190	233,18
ÓLEOS BRUTOS DE PETRÓLEO	4.164.449.735	1.636.758.383	64,75
MINÉRIOS DE FERRO NÃO AGLOMERADOS E SEUS CONCENTRADOS	4.434.976.343	1.392.588.924	45,77
MINÉRIOS DE FERRO AGLOMERADOS E SEUS CONCENTRADOS	2.861.654.947	1.145.167.149	66,72
AÇÚCAR DE CANA, EM BRUTO	2.382.147.090	871.164.645	57,66
CAFÉ NÃO TORRADO, NÃO DESCAFEINADO, EM GRÃO	2.516.093.149	766.283.295	43,79
FERRO FUNDIDO BRUTO NÃO LIGADO, C/PESO <= 0,5% DE FÓSFORO	1.810.414.984	631.359.589	53,55
AUTOMÓVEIS C/MOTOR EXPLOÇÃO, 1000 < CM3 <= 1500, ATÉ 6 PASSAGEIROS	1.026.507.938	629.730.326	158,71
OUTROS AVIÕES/VEÍCULOS AÉREOS, PESO > 15000KG, VAZIOS	1.804.936.023	628.936.955	53,48
OUTS. AVIÕES A TURBOJATO, ETC. 7000KG < PESO < = 15000KG, VAZIOS	1.262.760.624	621.900.018	97,04
Total	24.670.213.877	10.007.946.474	68,26
Total das Exportações	118.308.269.477	21.833.031.135	22,63

Fonte: SECEX/MDIC

Já o gráfico 5 abaixo mostra a participação de cada destino nas exportações totais brasileiras. Destacam-se as altas participações da União Européia, ALADI (Associação Latino-Americana de Integração) e Estados Unidos. Dentre as exportações para ALADI, destacam-se as exportações para o Mercosul, que representam 9,9% das exportações brasileiras para este destino. Finalmente, vale notar que a participação das exportações para África passou de 4,4% em 2004 para 5,1% em 2005 e que a participação das exportações para os demais

destinos também aumentou, de 7,6% para 8,3%. Este reposicionamento do comércio internacional é interessante para o país, pois reduz paulatinamente a dependência dos mercados tradicionais.



Quanto ao desempenho das importações, é importante notar que o maior crescimento acumulado em 2005 em relação a 2004 tem sido o de bens de capital.

Tabela 3
Importações por Categoria de Uso
US\$ Milhões

Categoria de uso	Jan-Nov 2004	Jan-Nov 2005	Tx. Cresc. (%)
Bens de Capital	12.144	15.385	26,69
Matérias-primas e Intermediários	33.512	37.761	12,68
Bens de Consumo Não-duráveis	3.673	4.555	24,01
Bens de Consumo Duráveis	3.190	3.927	23,10
Combustíveis e lubrificantes	10.315	11.923	15,59
Total	62.835	73.551	17,05

Fonte: SECEX/MDIC

Na categoria bens de capital, os maiores aumentos em 2005 foram: equipamento móvel de transporte (+58,9%); outros bens e equipamentos para agricultura (+40,2%); equipamento fixo de transporte (+35,0%); maquinaria industrial (+29,6%); máquinas e aparelhos de escritório e serviço científico (+25,9%).

Para 2006, a Funcex faz três tipos de previsões para exportações, importações e o saldo da balança comercial, como se pode observar na tabela abaixo.

Tabela 4
Previsões de Comércio Exterior para 2006
US\$ Bilhões

Categoria de uso	Cenário Padrão	Cenário Otimista	Cenário Pessimista
Exportações	129	137,5	115,6
Importações	86,8	92	78,5
Saldo Comercial	42,2	45,5	37,1

Fonte: Funcex

No cenário otimista, as exportações teriam um crescimento em torno de 16,2%, no cenário padrão o crescimento seria de 9,0%, enquanto no cenário pessimista haveria uma queda de -2,3%. As importações apresentariam taxas de crescimento de 18,1%, 25,2% e 6,8%, nos cenários padrão, otimista e pessimista, respectivamente.

Investimento e Financiamento

Em dezembro, os investimentos estrangeiros diretos (IED) registraram ingressos líquidos de US\$ 1,406 bilhão, resultado ligeiramente superior ao US\$ 1,174 bilhão registrado no mês anterior. Embora os empréstimos intercompanhias tenham apresentado resultado líquido de -US\$ 977,6 milhões, o IED via participação acionária atingiu US\$ 2,384 bilhões. Com o resultado de dezembro, o ingresso líquido de IED em 2005 foi de US\$ 15,193 bilhões, resultado 16,36% inferior ao obtido em 2004 (US\$ 18,165 bilhões). Para 2006, as projeções do mercado para o IED continuam na faixa de US\$ 15 bilhões.

Como apontado no número passado deste boletim, o volume desembolsado pelo BNDES em 2005 totalizou R\$ 47 bilhões, volume 17,5% superior ao de 2004. As liberações para a indústria foram responsáveis por boa parte deste crescimento e somaram R\$ 23,4 bilhões, superando em 48% os R\$ 15,8 bilhões de igual período de 2004. O que merece destaque são as liberações do BNDES em programas no âmbito da PITCE.

O MODERMAQ – Modernização do Parque Industrial Nacional, destinado a

financiar máquinas e equipamentos nacionais novos, até dezembro de 2005, teve 5.194 operações contratadas no valor de R\$ 2,2 bilhões. Desse total, 22,9% foram destinados para o setor de construção totalizando 1.197 operações no valor de R\$ 522 milhões; 25% foram para o setor de alimentos e bebidas resultando em 1.142 operações no valor de R\$ 572 milhões; 5,4% para o setor de transporte terrestre em 474 operações, resultando em R\$ 124 milhões; 5,3% e 243 operações no valor de R\$ 122 milhões para o setor de borracha e plástico; 5,1% para Indústrias Extrativas resultando em 280 operações no valor de R\$ 117 milhões; 4,9% para o setor automotivo num total de 174 operações no valor de R\$ 110 milhões e 31,2% e 1.684 operações para outros setores. O MODERMAQ prevê taxas de juros fixas de até 13,95% ao ano. O prazo de financiamento é de até 60 meses (com carência de três ou seis meses), financiando até 90% do bem a ser adquirido.

Por fim, merecem igual destaque os desembolsos do BNDES-Exim que somaram US\$ 5,86 bilhões em 2005, contribuindo para o desenvolvimento do comércio exterior.

Acompanhamento das medidas da PITCE

Neste número, continuaremos a fazer um breve relato das principais medidas de política no âmbito da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE).

No âmbito legislativo, além da regulamentação da Lei de Biossegurança (comentada no último número deste boletim), tivemos a aprovação da “Lei do Bem” (lei nº 11.196) e a regulamentação da Lei de Inovação. Vale ressaltar que, pela primeira vez, os incentivos são de

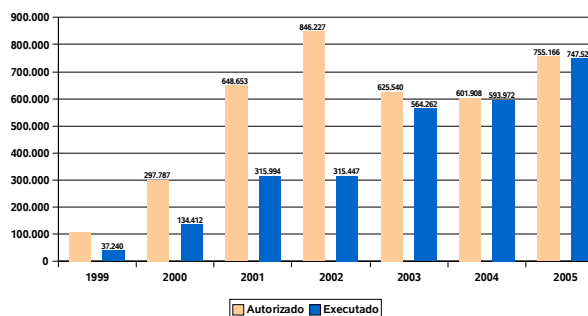
aplicação automática, sem a necessidade de aprovação prévia por alguma instância do Estado. Estes dispositivos legais configuram peças-chave para a inovação tecnológica, seja por meio de incentivos fiscais à inovação, seja pelo estímulo à contratação de pesquisadores: atualmente, 73% dos pesquisadores brasileiros estão em empresas públicas e apenas 11% em empresas privadas, o inverso do que acontece nos países desenvolvidos. As Leis do Bem e de Inovação mereceram as notas técnicas nos números 1 e 2 deste boletim.

Cabe destacar a introdução, a partir de 2004, de um novo modelo de gestão integrada dos Fundos Setoriais. O novo modelo, a ser consolidado na regulamentação definitiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) permitiu integrar grande parte dos investimentos dos Fundos através de ações transversais alinhadas com as prioridades do Governo, evitando a duplicidade ou dispersão de iniciativas e assegurando maior transparência e eficiência na execução dos recursos. A estruturação do novo modelo de gestão dos Fundos Setoriais permitiu focar na PITCE mais de 60% dos recursos disponíveis para novos investimentos dos Fundos, em 2004 e 2005.

Em 2005, foram aportados R\$ 755 milhões para os Fundos Setoriais no ano de 2005, representando um crescimento de 20% em comparação com 2004. Porém, o que é importante notar é o notável aumento na execução, como resultado no novo modelo de gestão: de R\$ 343 milhões em 2002 para R\$ 628 milhões em 2004, atingindo em torno de R\$ 800 milhões em 2005. De fato, em 2002, apenas 37,3% dos recursos foram executados, já em 2004, o índice de execução foi de 98,7%, e patamar semelhante foi mantido em 2005, conforme os gráficos abaixo. Dentre os recursos

disponibilizados para 2005, R\$ 343,3 milhões representaram recursos não-reembolsáveis destinados especificamente para as ações da PITCE. Em 2004, para atender 913 projetos, frutos de 11 chamadas públicas e nove encomendas, os investimentos destinados diretamente à Política Industrial somaram R\$ 243 milhões. A concessão de crédito para projetos de inovação em empresas totalizou, em 2005, R\$ 650 milhões em recursos reembolsáveis, dos quais 80% também se destinam a projetos prioritários da PITCE. O maior beneficiário é o setor de bens de capital, com um total de 41% dos recursos.

Gráfico 6
Fundos Setoriais
Evolução (Autorização e Execução Orçamentária)
1999 a 2005



Fonte: Secretaria Executiva do Ministério da Ciência e Tecnologia

Para 2006, R\$ 250 milhões do orçamento do MCT do ano de 2006 serão destinados à Subvenção da Inovação. Este montante será aplicado em subvenção à inovação, projetos de pesquisa e desenvolvimento e contratação de pessoal. Cabe ressaltar que a lei orçamentária de 2006 ainda está sendo discutida no Congresso Nacional e que esses valores podem ser alterados.

Existiam, até dezembro de 2005, 69 operações em carteira - que correspondiam a um montante de financiamento de R\$

289 milhões – no âmbito do PROSOFT (Programa para o Desenvolvimento a Indústria Nacional de Software e Serviços Correlatos), que financia investimentos e planos de negócios de empresas sediadas no Brasil, bem como a comercialização no mercado interno e as exportações de softwares e serviços correlatos. Seus subprogramas são o PROSOFT-Empresa, PROSOFT-Comercialização e PROSOFT-Exportação.

O Cartão BNDES, programa de concessão automática de crédito a micro e pequenas empresas, acumulou de março de 2003 a dezembro de 2005, 210 operações relativas a software, com financiamentos totais de R\$ 3,2 milhões. Desta forma, no total geral relativo ao setor de software foram contratadas 279 operações até dezembro de 2005, no valor de R\$ 293 milhões.

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Farmacêutica - PROFARMA, financia investimentos, em território nacional, de empresas sediadas no Brasil, voltados para a reestruturação da indústria farmacêutica, através dos subprogramas: Profarma – Produção, Profarma – PD&I e Profarma – Fortalecimento das Empresas de Controle Nacional. O Profarma - Produção abarca 80% da carteira, enquanto o Profarma - PD&I recebe os restantes 20%. Até dezembro de 2005, as operações em carteira do PROFARMA, totalizaram R\$ 928,4 milhões em financiamentos que viabilizaram um investimento total de R\$ 1,78 bilhões.

O Programa Brasileiro de Certificação Florestal – CERFLOR, do Inmetro, obteve, em 28 de outubro de 2005, o reconhecimento internacional junto ao PEFC (*Programme for Endorsement of Forest Certification Schemes*), que é o maior fórum de reconhecimento de

programas florestais do mundo. É importante destacar que o Brasil é o primeiro país produtor de florestas tropicais, envolvendo nativas e plantadas, a obter o reconhecimento internacional neste fórum. O Programa conta com cerca de 882.049 ha de florestas plantadas certificadas, o que é importante não apenas para a preservação ambiental, mas também para acesso a mercados internacionais.

Com relação às opções estratégicas, A Minuta de Decreto que regulamenta a Lei de Informática foi debatida pelos órgãos competentes (MDIC, MCT, MPOG, MF e Suframa). Devem ser publicados dois Decretos: um para regulamentar a Lei nº 8.248, de 1991, e outro para regulamentar a Lei nº 8.387, de 1991, esta referente à Zona Franca de Manaus. A regulamentação está pendente, mas como resultado registrou-se como beneficiadas pela lei, em 2005, 181 instituições de ensino e pesquisa, 267 empresas produtoras de bens e serviços de informática que investem em atividades de P,D&I em tecnologia da informação, envolvendo 4.500 pesquisadores nas empresas e Instituições de Ensino e Pesquisa. A Lei de Informática concede incentivo fiscal às empresas que investem em P,D&I no País, localizadas fora da Zona Franca de Manaus, mediante o desconto no recolhimento do IPI referente ao produto a ser fabricado no Brasil. As empresas incentivadas pela Lei devem reverter o déficit comercial da ordem de US\$ 2 bilhões para um superávit de US\$ 70 milhões, e realizaram distribuição de lucros entre seus funcionários de R\$ 250 milhões nos últimos 3 anos. Os investimentos em P,D&I acumulados entre 2003 e 2005 foram da ordem de R\$ 1,3 milhões, o que representou cerca de 4% do faturamento das empresas do setor.

Os Telecentros de Informação e Negócios, iniciativa do MDIC, têm como

objetivo inserir a microempresa e a empresa de pequeno porte na Sociedade da Informação, por meio do acesso às novas tecnologias da informação e comunicação (TIC). É um ambiente voltado para a oferta de cursos e treinamentos presenciais e à distância, informações, serviços e oportunidades de negócios visando o fortalecimento das condições de competitividade da microempresa e da empresa de pequeno porte e o estímulo à criação de novos empreendimentos. Até dezembro de 2005, 866 Telecentros estavam em operação. Além disso, 1.616 Telecentros foram habilitados em 2005. A meta é habilitar mais 200 Telecentros até abril de 2006.

O Programa do Biodiesel está em andamento. Foi fechado acordo da Petrobras com a congênere da Venezuela para enviar álcool e receber produtos de petróleo. Já se iniciou a exportação de etanol para a Venezuela e lotes piloto de exportação de etanol para o Japão. Foi realizado leilão, pela Agência Nacional do Petróleo e Biocombustíveis - ANP, para aquisição de biodiesel pelas distribuidoras, para adicionar ao diesel mineral. Com o valor obtido (acima do preço do diesel mineral), foi possível antecipar a

obrigatoriedade de adição do biodiesel ao diesel. Essa obrigatoriedade era prevista, anteriormente, somente para 2008.

Enfim, entender a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior como um pacote desenvolvimentista é desprezar seu maior mérito, que é a perenidade. Pela ausência de um plano de ação, há décadas o Estado e seus dirigentes haviam perdido a capacidade de formular e coordenar uma consistente política voltada à indústria. Como resultado, o diálogo entre o poder público e o empresariado e a capacidade de articulação de políticas públicas ficaram fragilizadas e comprometidas. A PITCE provocou uma reengenharia institucional, restabelecendo os instrumentos necessários para alavancar o desenvolvimento da indústria pela via da inovação e diferenciação de produtos, buscando a elevação do patamar competitivo da indústria nacional. Ainda que seja uma política de longo prazo, as conquistas alcançadas nestes primeiros meses de implementação – inclusive a instituição, em prazo recorde, da própria ABDI – é possível afirmar que a PITCE é uma realidade.

Conclusão

O desempenho da indústria em 2005 é muito importante por se referir a um patamar elevado, depois do expressivo crescimento em 2004. Para se ter uma idéia de comparação, este desempenho é superior aos anos de 2001 (1,6%), 2002 (2,7%) e 2003 (0,1%). Se por um lado os juros, que possivelmente ditaram o ajuste da produção no segundo semestre, o real apreciado e as dificuldades de comércio exterior, que tiveram impactos localizados em certos segmentos industriais, atuaram como forças que retardaram o desempenho em 2005, por outro lado o crescimento das exportações continuou atuando como uma força positiva para a indústria.

As perspectivas de novos cortes na taxa de juros e o resultado de dezembro indicam que a desaceleração do segundo semestre pode estar no fim. De fato, a indústria continua exportando e investindo, sobretudo em bens de capital não-seriados, e, ainda que os dados do IBGE não estejam fechados para o ano, os dados do CAGED indicam que em 2005 houve um ligeiro crescimento do pessoal ocupado na indústria. Estes fatos embasam nossas expectativas de manutenção do ritmo de crescimento industrial em 2006 semelhante a 2005.

Análise do Setor de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos

Associação Brasileira das Indústrias de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos - ABIHPEC

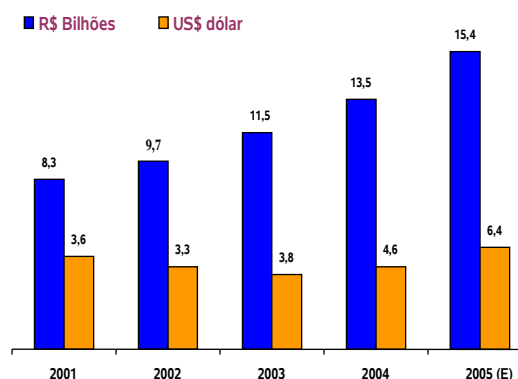
EVOLUÇÃO

Em relação ao mercado mundial de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos, conforme dados do Euromonitor de 2004, o Brasil ocupa a sexta posição. É o terceiro mercado em desodorantes, produtos para cabelo e produtos infantis; o quarto em perfumaria; o sexto em produtos masculinos; o oitavo em higiene oral; o nono em proteção solar, banho e pele; e o décimo em cosmético cores.

A Indústria Brasileira de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos apresentou um crescimento médio deflacionado composto de 9,99% nos últimos 5 anos, tendo passado de um faturamento “Ex Factory”, líquido de impostos sobre vendas de R\$ 7,5 bilhões em 2000 para R\$ 15,4 bilhões em 2005. A queda em dólares, US\$ 3,3 bilhões em 2002 versus US\$ 4,1 bilhões em 2000 e US\$ 3,6 bilhões em 2001, reflete as maxi desvalorizações ocorridas em 1999, em 2001 (principalmente em setembro e outubro) e em 2002 (no segundo semestre). Já o crescimento em dólares em 2004 e 2005 foi influenciado pela depreciação do dólar, na média do ano, em relação ao real de 3,9% em 2004 e 17,8% em 2005.

GRÁFICO 1

EVOLUÇÃO DO FATURAMENTO DE HIGIENE PESSOAL, PERFUMARIA E COSMÉTICOS



Fonte: ABIHPEC.

Vários fatores têm contribuído para este excelente crescimento do Setor, dentre os quais destacamos:

1. Participação crescente da mulher brasileira no mercado de trabalho;
2. A utilização de tecnologia de ponta e o conseqüente aumento da produtividade, favorecendo os preços praticados pelo setor, que tem aumentos menores do que os índices de preços da economia em geral;
3. Lançamentos constantes de novos produtos atendendo cada vez mais às necessidades do mercado;

4. Aumento da expectativa de vida, o que traz a necessidade de conservar uma impressão de juventude.

Com exceção do ano 2004, o País apresentou índices baixos de crescimento nos últimos anos. O quadro abaixo compara a evolução do Produto Interno Bruto, com a da indústria em geral e com os índices da Indústria de Produtos de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos, demonstrando que o setor apresentou, neste período, crescimento bem mais vigoroso que o restante da indústria (9,99% de crescimento médio no setor contra 2,2% do PIB Total e 2,1% da Indústria Geral):

TABELA 1
CRESCIMENTO SETORIAL
VARIÇÃO ANUAL – EM PORCENTAGEM

ANO	PIB	INDÚSTRIA GERAL	SETOR Deflacionado
2001	1,4	-0,3	10,0
2002	1,5	1,5	9,1
2003	0,5	0,1	4,0
2004	5,2	6,2	14,0
2005(E)	2,3	3,0	13,1
Acumulado 2001/2005	11,3	10,8	60,9
Médio Composto 2001/2005	2,2	2,1	9,99

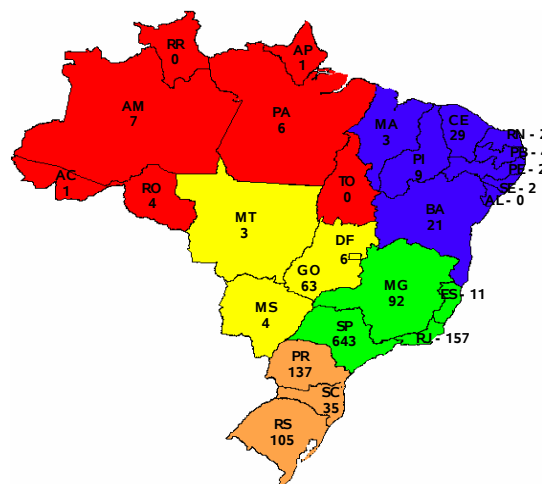
FONTE: IBGE – Banco Central - ABIHPEC
* Deflator: Índice IPC FIPE Higiene e Beleza.

PERFIL SETORIAL

Existem no Brasil, segundo informações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), 1.367 empresas atuando no mercado de produtos de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos, sendo que 15 empresas de grande porte, com faturamento líquido de impostos acima dos R\$ 100 milhões,

representam 71,7% do faturamento total. As empresas estão distribuídas por região/estado da seguinte forma:

GRÁFICO 2
DISTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS INDUSTRIAIS DE
HIGIENE PESSOAL, PERFUMARIA E COSMÉTICOS



Fonte: ANVISA – jan/2006

Os produtos do setor são distribuídos através de três canais básicos:

1. **distribuição tradicional**, incluindo o atacado e as lojas de varejo;
2. **venda direta**, evolução do conceito de vendas domiciliares;
3. **franquia**, lojas especializadas e personalizadas.

Sob o aspecto de emprego, o setor também apresentou resultados importantes, quando comparado com os demais setores.

No estado de São Paulo, conforme dados da FIESP, Federação das Indústrias

de São Paulo, considerando o índice 100 para o nível de emprego em Junho/94, o setor apresentou em dezembro de 2004 índice de 122,08 – o melhor desempenho entre os 47 setores analisados - versus índice de 70,30 para a média geral da indústria paulista.

As oportunidades de trabalho criadas pelo setor, comparadas com o ano de 1994 são:

TABELA 2
OPORTUNIDADES DE TRABALHO
(dados em mil empregos gerados)

Setor de Atividade	1994	2005 (E)	Cres.	Cres. médio anual
Produção e Administração	30,1	54,5	81,1%	5,5%
Lojas de Franquia	11,0	26,7	142,7%	8,4%
Revendedoras - Vendas Diretas	510,0	1.644,6	222,5%	11,2%
Profissionais de Beleza	579,0	1.126,9	94,6%	6,2%
TOTAL	1.130,1	2.852,7	135,6%	8,8%

Fonte: ABIHPEC, ABEVD, FIESP, ABF, IBGE e FEC-Fundação Euclides da Cunha.

COMÉRCIO EXTERIOR

Em relação ao comércio exterior, o setor de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos, nos últimos cinco anos, demonstrou um crescimento acumulado de 120,7% nas exportações entre 2001 e 2005, enquanto que as importações diminuíram 4,1% no mesmo período.

O déficit comercial do setor, que atingiu US\$ 163,1 milhões em 1997, foi sendo reduzido nos anos seguintes, atingindo US\$ 8 milhões em 2001 e, a partir de 2002, revertido para resultados superavitários. Em 2005, o superávit atingiu US\$ 196,3 milhões, um

crescimento de 12% sobre 2004, apesar do significativo aumento nas importações provocado pela apreciação do real.

TABELA 3
BALANÇA COMERCIAL
HIGIENE PESSOAL, PERFUMARIA E COSMÉTICOS

Ano	Importações		Exportações		Saldo
	US\$ 1.000	Cresc. %	US\$ 1.000	Cresc. %	
2001	199.533	-9.5	191.510	3.7	-8.022
2002	152.284	-23.7	202.755	5.9	50.471
2003	150.279	-1.3	243.888	20.3	93.610
2004	156.758	4.3	331.889	36.1	175.130
2005	211.379	34.8	407.668	22.8	196.289
Cresc. % 2005/2001	-4.1		120.7		----
Cresc. Médio %	-0,8		17,2		----

Fonte: SECEX, MDIC.

Por grupo de produtos, as exportações brasileiras de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos, apresentaram a seguinte composição em 2005:

TABELA 4
COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES EM 2005
HIGIENE PESSOAL, PERFUMARIA E COSMÉTICOS

CATEGORIA DE PRODUTOS	US\$ MILHÕES	Variação % em 2004	Variação % em 2001
HIGIENE ORAL	112,7	30.5	75.8
PRODUTOS PARA CABELOS	89,6	22.9	271.4
DESCARTÁVEIS (*)	54,4	15.2	12.2
SABONETES	93,2	24.7	223.3
DEMAIS	57,6	14.0	122.3
TOTAL	407,7	22.8	112.9

Fonte: SECEX, MDIC.

(*) Inclui fraldas, absorventes higiênicos, papel higiênico e guardanapos, toalhas e lenços de papel.

A América do Sul tem sido o principal mercado brasileiro para os produtos do Setor, porém, dada a conquista de mercados não tradicionais, a participação das exportações para os países Sul-Americanos foi reduzida entre 2001 e 2004. O aumento na participação em 2005 foi provocado pela recuperação da economia argentina.

TABELA 5
DESTINOS DAS EXPORTAÇÕES
HIGIENE PESSOAL, PERFUMARIA E COSMÉTICOS

	2001	2002	2003	2004	2005
EXPORTAÇÕES P/ AMÉRICA DO SUL (US\$ MILHÕES)	138,9	129,0	140,4	187,8	238,6
PARTICIPAÇÃO SOBRE O TOTAL (%)	72,5	63,6	57,6	56,6	58,5
QUANTIDADE DE PAÍSES DE DESTINO	99	108	122	132	125

Fonte: SECEX, MDIC.

PERSPECTIVAS DO SETOR

Em novembro de 2003 foi instalado o Fórum de Competitividade do setor, onde foram estabelecidas metas, diagnosticados gargalos, objetivos e posicionamento do setor privado.

Os principais objetivos estabelecidos no âmbito do Fórum foram:

1. Internacionalizar empresas brasileiras e abrir canais de distribuição em outros países de produtos com insumos nacionais, fixando a marca Brasil;
2. Priorizar investimentos que utilizem a biodiversidade brasileira como matéria-prima

3. Buscar novas tecnologias e fortalecer centros de pesquisa públicos e privados;
4. Agilizar os registros e procedimentos de liberação de novos produtos;
5. Estudar a permissão de adoção de registros recíprocos, de produtos sem ação terapêutica – comércio intrabloco
6. Criar infra-estrutura laboratorial para realização de testes, emissão de laudos e certificação de qualidade de produtos
7. Articular com fornecedores de insumos a modernização e inovação, principalmente na indústria de embalagens e gráfica, e promover o design e a padronização para atender ao mercado internacional.

Em outubro de 2005 a ABDI, conjuntamente com a ABIHPEC, firmaram convênio para a implementação do Plano de Desenvolvimento Setorial. O Plano é um dos instrumentos de formulação e execução da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) do governo federal brasileiro, buscando concretizar ações orientadas às macro-diretrizes de **Fortalecimento e Expansão da Base Industrial Brasileira e da Ampliação da Capacidade Inovadora das Empresas**.

O objetivo do plano setorial é viabilizar a mudança do patamar

competitivo da indústria pela inovação e diferenciação de produtos e dos serviços de apoio à produção, possibilitando um melhor posicionamento do segmento de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos, nos mercados interno e externo.

O direcionamento das ações está centrado no fortalecimento da cadeia produtiva, na modernização e desenvolvimento dos arranjos produtivos locais e das estruturas produtivas regionais, a partir de ferramentas e ações estratégicas que permitam às empresas do setor acesso ao conhecimento, às inovações tecnológicas, à capacitação gerencial e capacitação técnica para operar em conformidade com os regulamentos da ANVISA.

ANEXO – ÍNDICE DE PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL (DESSAZONALIZADO)

Setores Industriais	Mês												Var. % Dez/Nov
	01/05	02/05	03/05	04/05	05/05	06/05	07/05	08/05	09/05	10/05	11/05	12/05	
1. Indústria geral	110,69	109,05	110,68	110,8	112,25	114,11	111,93	113,07	110,7	111,16	112,58	115,14	2,27%
2. Indústria extrativa	112,77	112,37	112,99	121,62	124,41	123,97	121,79	121,71	122,52	123,1	123,16	123,16	0,00%
3. Indústria de transformação	110,87	109,46	110,68	110,29	111,57	113,22	111,42	112,63	109,89	110,1	112,2	114,7	2,23%
3.1 Alimentos	105,25	103,34	103,68	108,06	103,59	104,37	102,7	101,43	101,11	101,41	103,45	104,46	0,98%
3.2 Bebidas	114,23	105,23	107,3	105,33	107,2	108,31	104,84	109,98	108,78	107,82	109,28	109,03	-0,23%
3.3 Fumo	99,46	86,03	90,57	97,83	111,87	119,26	116,89	183,01	113,81	114,01	103,95	104,08	0,13%
3.4 Têxtil	102,62	104,84	103,72	103,53	104,97	104,69	103,68	102,03	101,86	98,86	102,01	104,73	2,67%
3.5 Vestuário e acessórios	90,67	89,65	89,89	89,26	88,23	88,48	82,52	80,25	80,49	78,56	79,54	84,98	6,84%
3.6 Calçados e artigos de couro	95,58	94,38	92,07	89,53	89,17	91,07	89,39	89,16	85,54	87,38	86,38	90,6	4,89%
3.7 Madeira	114,17	113,35	116,87	113,11	113,13	113,44	108,05	104,29	101,64	97,69	102,7	103,27	0,56%
3.8 Celulose, papel e produtos de papel	117,19	114,32	119,31	117,94	119,82	119,07	121,27	113,73	116,85	118,6	120,05	122,54	2,07%
3.9 Edição, impressão e reprodução de gravações	123,63	94,68	98,78	95,11	104,06	104,26	101,5	109,13	104,99	107,24	137,5	136,28	-0,89%
3.10 Refino de petróleo e álcool	102,74	99,42	97,94	97,08	103,45	100,95	103,41	105,7	101,57	102,4	101,02	103,1	2,06%
3.11 Farmacêutica	107,02	94,99	109,83	104,18	102,91	103,1	108,17	110,45	105,96	107,21	108,9	118,29	8,62%
3.12 Perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza	116,82	121,38	120,14	121,25	113,35	120,16	117,31	115,08	111,67	109,95	117,58	120,98	2,89%
3.13 Outros produtos químicos	108,94	109,05	109,18	110,03	109,97	108	107,7	107,52	109,63	110,26	107,94	108,5	0,52%
3.14 Borracha e plástico	100,61	102,47	103,64	102,46	104,26	105,37	102,16	103,94	102,94	100,68	102,52	104,36	1,79%
3.15 Minerais não metálicos	104,46	104,05	103,07	104,77	104,4	104,79	103,03	102,99	103,61	102,29	104,48	106,55	1,98%
3.16 Metalurgia básica	107,95	109,16	106,42	107,17	103,28	105,18	105,16	107,4	108,92	109,47	108,69	111,07	2,19%
3.17 Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	103,47	107,81	107,6	102,89	103,18	105,36	103,98	104,53	101,17	99,91	102,68	105,38	2,63%
3.18 Máquinas e equipamentos	120,66	122,29	125,56	121,44	123,74	123,86	119,33	123,17	115,78	115,87	117,45	122,04	3,91%
3.19 Máquinas para escritório e equipamentos de informática	113,71	122,68	148,28	148,1	172,81	174,06	182,2	189,67	177,75	196,07	195,9	208,56	6,46%
3.20 Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	110,88	110,99	113,23	110,12	112,73	116,52	114,01	117,3	119,19	122,77	130,01	138,95	6,88%
3.21 Material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações	126,82	120,02	127,95	135,43	144,44	158,36	142,75	138,19	138,28	129,33	123,38	140,45	13,84%
3.22 Equipamentos de instrumentação médico-hospitalar, ópticos e outros	91,14	95,02	118,95	109,02	107,14	115,93	116,42	115,98	110,39	102,65	115,68	93,84	-18,88%
3.23 Veículos automotores	139,94	140,71	140,37	143,98	142,52	154,48	147,08	147,84	141,79	142,79	144,72	151,49	4,68%
3.24 Outros equipamentos de transporte	116,69	121,44	126,89	124,15	126,87	135,81	126,01	133,36	126,03	125,89	123,92	137,74	11,15%
3.25 Mobiliário	93,22	97,21	98,86	99,42	101,66	108,65	99,59	93,74	88,08	92,77	98,25	103,59	5,44%
3.26 Diversos	109,42	99,51	119,01	104,17	97,16	117,06	118,12	140,84	137,79	126,03	129,79	118,31	-8,85%

Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física. Base média 2002=100.